

## Grupo de Apoio ao Direito Privado debate sobre gestão de gabinetes

19/05/2011



Cerca de 120 escreventes e assistentes jurídicos da Seção de Direito Privado participaram no dia 17 do encontro **2º Módulo de Gerenciamento de Gabinetes**, promovido pelo Grupo de Apoio ao Direito Privado (Gapri), realizado no auditório do Gade 9 de Julho com o objetivo de discutir boas práticas no gerenciamento dos gabinetes. Do encontro participaram o presidente da Seção de Direito Privado e coordenador do Gapri, desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha, e os desembargadores Carlos Eduardo Cauduro Padin e Carlos Nunes Neto.

Maia da Cunha afirmou que é muito difícil encontrar única maneira de administração de cada gabinete, pois em cada há um maestro diferente. A ideia destacada durante todo o encontro não foi de ensinar como cada gabinete deve trabalhar, tarefa da exclusiva competência de cada desembargador ou juiz, mas a de discutir formas e soluções que possam ser aplicadas a todos para maior rapidez e efetivo apoio e ajuda na preparação dos votos. Por isso, segundo o desembargador, *"precisamos nos adaptar a cada gerenciamento de gabinete, discutindo as boas práticas que podem ser úteis a todos os gabinetes, com respeito às diversas situações"*. Maia da Cunha disse que *"resguardadas as peculiaridades e particularidades de cada gabinete, cujo trabalho é comandado pelo desembargador ou juiz, a troca de experiências e de práticas boas comuns a todos acabará se tornando positiva na produtividade e na celeridade dos julgamentos"*.

O desembargador lembrou da constante tentativa de melhorar o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) e afirmou que o Tribunal tem previsão para que, até outubro, em todas as câmaras os acórdãos sejam assinados digitalmente. Com esse serviço, os desembargadores usarão o SAJ para lavrar o voto e assiná-lo digitalmente por meio de cartão magnético, certificador e senha. O tempo que se economiza é fenomenal: imediatamente a íntegra da decisão é disponibilizada para consulta na internet.

Segundo o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, *"estamos diante de uma nova realidade e temos que mudar nosso comportamento. Não somos donos da verdade; todos, assistentes, escreventes são necessários para o bom desenvolvimento das atividades do TJSP. Cada gabinete é um núcleo. Precisamos ter consciência de melhorar a quantidade, sem perder a qualidade"*. O desembargador lembrou que é com dedicação, mudança cultural e efetivo trabalho que teremos melhores resultados, equipes coesas e bem selecionadas têm reflexo positivo nas atividades como um todo. *"A nossa intenção é incentivar, instigar, conscientizar sobre a necessidade de organização."*

Para o desembargador Carlos Nunes Neto, *"a intenção desse encontro não é ditar regras. É um marco importante de análise corporativa. Sempre aprendi a olhar o setor privado, que visa o lucro. O Tribunal de Justiça visa ao serviço, trabalhamos numa empresa chamada Justiça, de capital aberto, cujo dono é a sociedade. Estamos em uma miniconvenção, pois estamos conversando, trocando ideias, o que acontece no seu gabinete, também acontece no meu. Estamos preocupados em encontrar boas soluções. O maior patrimônio que o Tribunal tem são seus funcionários, pois sem eles não faríamos nada"*.

Para a conclusão do 2º Encontro do Módulo de Gestão de Gabinetes foram lançadas e discutidas algumas perguntas aos presentes. Por unanimidade, sempre resguardadas as particularidades de cada gabinete, e sem prejuízo de outras condutas que também funcionam bem, os presentes consideraram como boas práticas no gerenciamento dos recursos nos gabinetes: (1) a divisão por matéria para maior celeridade na preparação dos votos; (2) o controle de processos por meio de planilha é indispensável para organização e verificação de produtividade; (3) o uso do artigo 252 do regimento interno é útil e importante na melhoria da produtividade.

Assessoria de Imprensa TJSP – SO (texto) / AC (fotos)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## TJSP promove palestra sobre locação e medidas de urgência

08/06/2011



O Grupo de Apoio ao Direito Privado (Gapri) do Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu nesta manhã (8) palestra sobre **Medidas de urgência na locação**, no auditório do Gade 23 de Maio – Seção de Direito Privado.

Os desembargadores Carlos Nunes Neto e Antonio Rigolin fizeram a abertura do evento. "Todos que aqui vivem o dia a dia da locação têm a preocupação com as mudanças. Por isso, a contribuição do palestrante é essencial", afirmou Rigolin. Cerca de cem pessoas, entre magistrados e servidores, acompanharam as explicações do professor universitário e mestre pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Willian Santos Ferreira.

Ele abordou as ações previstas na locação de imóveis pelo risco do dano irreparável ou de difícil reparação, previsto pelo artigo 273 do Código de Processo Civil (CPC), que dispõe sobre as tutelas antecipadas. Discorreu, também, sobre as tutelas de urgência, antecipada e cautelar, e sobre a lei 8245/91, que trata das locações de imóveis urbanos, e sobre as alterações trazidas pela Lei 12.112/09.

A nova Lei do Inquilinato já havia sido tema de outra palestra, também promovida pela Seção de Direito Privado, em setembro de 2010, com o desembargador Gildo dos Santos.

Assessoria de Imprensa TJSP – HS (texto) / AC (fotos)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)

## TJSP promove palestra sobre Contrato de Seguros

25/08/2011



O Grupo de Apoio ao Direito Privado (Gapri) do Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu hoje (25) uma palestra com o desembargador Luís Camargo Pinto de Carvalho sobre **Contratos de Seguro – Aspectos Polêmicos**.

O presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, Fernando Antonio Maia da Cunha, fez a abertura do evento, acompanhado do desembargador Carlos Nunes Neto. Cerca de oitenta pessoas, entre magistrados e servidores acompanharam o evento, que trouxe informações sobre aspectos fundamentais sobre o conceito de seguro: interesse, risco, garantias e prêmios.

Segundo o palestrante, “em matéria de seguro, deve haver boa-fé absoluta e incontroversa. Um contrato deve ser feito em extrema boa-fé, nada devendo ser omitido ou escondido: o segurado deve observar a mais perfeita lisura no trato com a seguradora, sem qualquer espécie de reserva”.

Questões polêmicas também foram pautadas, como suicídio, seguros de vida (planos de saúde, doenças pré-existentes e outros), acidentes de trabalho, incapacidade laborativa e prazos para pagamento do seguro.

No encerramento, o desembargador Maia da Cunha mostrou interesse em dar continuidade ao assunto. “O tema é interessante, há posicionamentos rígidos e menos rígidos e estamos estudando a possibilidade de promover algum debate trazendo os dois lados.”

Comunicação Social TJSP – HS (texto) / AC (fotos)

[imprensatj@tjsp.jus.br](mailto:imprensatj@tjsp.jus.br)